

Ciência X Política

Governo do estado de São Paulo põe à venda instituições de pesquisa agropecuária, algumas delas centenárias. A comunidade científica reage.

José Maria Tomazela

Agricultor de terceira geração, nascido e criado no campo, Antônio Roberto Loschi, de 63 anos, anda inconformado. Há dez anos, seu sítio no bairro Corrupira, em Jundiá (SP), transformou-se na sede de um projeto-piloto em manejo sustentável do solo e recuperação de áreas degradadas. “Minha família está na região há 100 anos e, com o modelo que a gente sempre usou de adubação química, a terra cansou e a vida do solo foi se acabando. Nesses dez anos, parei de usar adubo químico, mudei o manejo e a terra agora é outra. Vá ver a minha produção, cada cacho de uva, caqui e goiaba que dá gosto.”

A razão para o inconformismo do fruticultor está no Projeto de Lei 328/2016 do governador Geraldo Alckmin, encaminhado à Assembleia Legislativa em abril, que prevê a venda de áreas de institutos cente-

nários de pesquisa agropecuária do estado para a iniciativa privada, entre elas o CEA – Centro de Engenharia e Automação, instalado em Jundiá. É justamente no CEA, órgão do IAC – Instituto Agronômico de Campinas, subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, que Loschi busca apoio para manter-se entre os melhores produtores de frutas da região. O projeto do governador prevê a desativação da unidade e a transferência de toda a infraestrutura para outra cidade. “Não tem lógica mudar o que está funcionando bem. Muitos produtores e empresas são atendidos nesse conjunto”, reagiu.

O PL 328 propõe a venda de 79 imóveis públicos, incluindo institutos com 16 áreas de pesquisa, descritas no texto como “inservíveis ou de pouca serventia”. O governo pretende arrecadar R\$ 1,4 bilhão e fazer caixa para enfrentar a queda na arre-

cação do estado, afetado pela crise econômica. Entre as áreas, estão unidades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que a APQC – Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo considera fundamentais para dar suporte tanto ao agronegócio paulista, focado nas cadeias da cana-de-açúcar, laranja, café e carnes, quanto à agricultura familiar.

O CEA ocupa área de 110 hectares, possui 12 pesquisadores e 22 funcionários de apoio e tem 40 projetos em andamento. . Ali funciona há dez anos o Quepia, Programa de Qualidade de Equipamentos de Proteção Individual na Agricultura, que é referência mundial. Outra unidade afetada, o Instituto de Zootecnia de Nova Odessa pode perder 27 hectares. O Polo Regional Centro-Oeste, com sede em Brotas e que será desativado, tem dez projetos em andamen-

Vista aérea do
CEA - Centro de
Engenharia e
Automação, em
Jundiá (SP).



to sobretudo na área de avicultura. Na Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Gália, reconhecida pelos trabalhos sobre o bicho-da-seda, e que será integralmente vendida, são desenvolvidos seis programas, entre eles o consórcio do café com a nozeira macadâmia. No Polo Centro Sul, em Piracicaba, trabalha-se com cana-de-açúcar, recuperação de áreas degradadas e agricultura orgânica.

O polo regional de Ribeirão Preto, com 15 pesquisadores e 25 funcionários de apoio focados num programa de leite fortificado, tem ainda o único laboratório do estado que realiza o diagnóstico de cancro em plantas cítricas. A unidade de 570 hectares, dos quais 270 seriam vendidos, já sofre um processo de esvaziamento. O polo regional do Vale do Paraíba, com 350 hectares em Pindamonhangaba, desenvolve programas com agricultores familiares. A unidade de Tatuí ficou famosa pelo melhoramento de cereais de inverno, principalmente trigo, e atualmente se dedica a pesquisas com bambu e cultivares de milho pipoca. A de Itapeva é responsável por um sistema de semiconfinamento para suínos e está em vias de instalar uma central de sêmen suíno para disponibilizar aos criadores material genético superior.

Desmantelamento da pesquisa

De acordo com a APQC, os institutos somam atualmente 1.560 pesquisadores em atividade, quando deveriam ter 2.450. Cerca de 35% dos cargos de pesquisador científico estão vagos. Na soma de todos os postos, as unidades operam com menos da metade do quadro de funcionários que deveriam ter, com o agravante de que 63% estão acima de 50 anos de idade. A outra metade foi esvaziada ao longo dos últimos anos por aposentadorias, mortes, exonerações e perda de funcionários para outras instituições, sobretudo em decorrência dos baixos salários.

O presidente da Associação, Joaquim Adelino de Azevedo Filho, rebate a afirmação do governo de



que as áreas a serem vendidas são inservíveis. “Todas as unidades são importantes para as várias pesquisas que estão em andamento. Algumas delas são estruturas únicas, como a de Ribeirão Preto, que desenvolve trabalhos como o do leite fortificado, e tem parcerias com a Universidade de São Paulo. Na de Piracicaba, são testadas variedades de cana. Não se pode pegar um trabalho feito em Brotas e levar para Presidente Prudente, por exemplo, pois as pesquisas levam em conta os fatores regionais.” Para o pesquisador, a venda das unidades consuma um processo de desmantelamento da pesquisa no estado de São Paulo iniciado há anos, com a não realização de concursos para reposição dos quadros de pesquisadores e pessoal de apoio, falta de política salarial, reajustes abaixo da inflação. “Vimos apontando esse cenário há muito tempo, mas o governo faz que não ouve e não senta para conversar.” Segundo ele, o maior prejudicado é o pequeno produtor, responsável pela segurança alimentar da população. “As grandes empresas têm como financiar as próprias pesquisas, já o pequeno depende muito desse suporte institucional, cada vez mais ameaçado.”

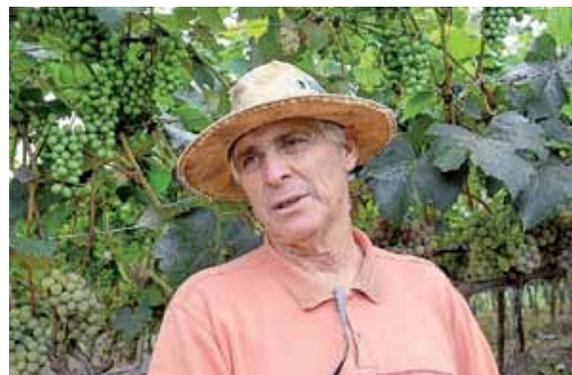
A mobilização dos pesquisadores levou o caso à Justiça. Eles alegam que a inclusão do projeto na ordem

Ensaio com equipamento de pulverização sobre trator conduzido por pesquisadores do CEA em Jundiaí.

do dia da Assembleia Legislativa sem realização de audiência pública com a comunidade científica fere o artigo 272 da Constituição Estadual. A legislação determina que o patrimônio físico, cultural e científico de museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundações são inalienáveis e intransferíveis sem audiência da comunidade e aprovação prévia do Legislativo. O correto, segundo os pesquisadores, seria o governo chamar e ouvir a comunidade científica antes de propor a venda.

Na defesa apresentada à Justiça, o governo Alckmin afirma que o estado tem autonomia para a gestão desse patrimônio. “A ociosidade dos imóveis não condiz com o interesse público. Constatado que o imóvel não conta mais com a realização de pesquisas, que foram sua finalidade

O produtor Antônio Roberto Loschi, preocupado com a possibilidade de perder ajuda técnica do CEA.



A Apta admite defasagem no quadro de pesquisadores e falta de verba devido à crise: “Estamos no limite de contingência de pessoal”.



Teste com equipamento costal de pulverização em projeto de avaliação fitossanitária.

O governador
Geraldo Alckmin, em visita à Colina, na região de Ribeirão Preto: “A ociosidade dos imóveis não condiz com o interesse público”.

original, este pode se tornar objeto de nova política pública.” O governador informa que, no caso do CEA, as atividades serão transferidas para o IAC, em Campinas. Na unidade de Itapetininga, dos 370 hectares serão alienados 140, sendo a área restante suficiente para as pesquisas. Em Tatuí, serão vendidos 13 de 110 hectares. Em Ribeirão Preto, está prevista a alienação de 270 dos 560 hectares, mas o projeto do leite fortificado será mantido. Ainda segundo o governador, os dois únicos pesquisadores do programa de avicultura de Brotas já

foram transferidos. Alckmin afirma ainda que, da área de 250 hectares do polo de Piracicaba, serão alienados 120 “onde é cultivada cana-de-açúcar por arrendamento”. Já o Instituto de Zootecnia de Nova Odessa não tem pesquisadores e um projeto aprovado para este ano não está em execução. O governo pede a cassação da liminar que suspendeu a tramitação do projeto. O julgamento deve ocorrer neste mês de agosto.

A inclusão do Polo Regional Centro Sul, de Piracicaba, no pacote de alienações revoltou o pesquisador científico Fábio Luis Ferreira Dias, diretor da unidade. “Fiquei indignado quando recebi a notícia, porque nossas áreas sempre foram produtivas. A gente depende desse espaço, pois ele apresenta uma diversidade de solo muito distinta. É sabido que a região de Piracicaba tem a maior diversidade de solo do Brasil e isso muda o comportamento das plantas que vão ser colocadas nele.” Dias lembra que a unidade foi a primeira do país voltada ao melhoramento da cana. “O programa foi transferido para Ribeirão Preto, mas continuamos com o melhoramento aqui”.

Registros da própria secretaria contrariam a informação de que não há pesquisa na área a ser vendida. Em abril deste ano, foi realizado um dia de campo sobre o sistema de mudas pré-brotadas (MPB) na unidade com a participação de 200 pequenos produtores, extensionistas e estudantes. O sistema, desenvolvido pelo IAC e testado a campo na unidade, apresenta benefícios como a redução de 18 para até 2 toneladas no material para plantio de cada hectare da cana. O produtor Antônio Aurélio Persona, presidente do Sindicato Rural de Tietê, que participou do evento, conta que levou a tecnologia para sua propriedade. “Vi que o meu sistema estava ultrapassado e aproveitei muitas coisas que aprendi lá.” Segundo

ele, duas unidades da Secretaria em Tietê estão inativas por falta de pessoal. “Nosso sindicato propôs uma parceria com o estado para tocar uma dessas unidades sem custo para o governo, mas a proposta foi engavetada. Não fazem e não deixam fazer”, lamentou.

A APQC realizou manifestações contra o PL em defesa das unidades de pesquisa, uma delas na Assembleia Legislativa. O Movimento em Defesa da Ciência e Tecnologia e a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos de Pesquisa e Fundações do Estado de São Paulo fizeram um ato que culminou com um abraço simbólico ao parlamento. As Câmaras Municipais das cidades atingidas pela desativação de unidades também se mobilizaram. Abaixo-assinados e petições públicas ainda mobilizam as redes sociais.

Razões expostas

Para Orlando Mello de Castro, coordenador da Apta – Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, há realmente defasagem no quadro de pesquisadores, embora não na quantidade informada pela APQC. “Hoje, necessitamos de 100 a 120 pesquisadores a mais e há planejamento de concurso, mas o momento é de crise e o estado está no limite de contingência de pessoal.” Já sobre a desativação das estruturas, ele disse que o estudo foi feito a partir de 2012. “A Apta tem 16,6 mil hectares em 42 unidades, o que é um exagero. Tem fazenda próxima uma da outra, algumas com duplicidade de ações. Não podemos nos dar ao luxo de ficar mantendo estruturas que só têm custos.” O secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado, Arnaldo Jardim, disse que os projetos de pesquisa não serão prejudicados com a aprovação do PL 328 do governo Alckmin. “Temos um compromisso



antigo com a pesquisa e São Paulo tem dados que comprovam isso. Comemoramos recentemente 129 anos do IAC e 111 do Instituto de Zootecnia, o que mostra que fizemos história na pesquisa agrícola do Estado.” Segundo ele, a secretaria tem aproximadamente duzentos imóveis espalhados pelo estado e muitos têm estrutura fora de uso há um bom tempo. “Avaliamos a situação de um por um e chegamos a quinze que serão alienados, uns totalmente, outros parcialmente. Consideramos que podem ser disponibilizados porque não se realizam pesquisas nessas áreas.” O secretário disse que há áreas arrendadas para cana e outras apresentam situação de risco, como degradação e ocupação irregular. “A crise econômica é de verdade e temos dificuldade em manter as áreas. Em caso de venda, vamos ter uma situação em que a maior parte dos recursos auferidos serão destinados à pesquisa nas



unidades remanescentes.”

Questionado sobre o fato dessa destinação não estar prevista no projeto, ele disse que há uma questão legal quanto à reserva do recurso. “Mas não vejo porque isso não possa ser objeto de um compromisso público do governo.” Jardim disse que onde houver área de preservação permanente e patrimônio histórico isso será considerado. Preservar a história, tudo

Fachadas do IAC

(acima, à esq.) e do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa: o Projeto de Lei 328 deve ser votado neste mês de agosto.

bem, o interesse de algumas pessoas, não!” Sobre a falta de pesquisadores e funcionários de apoio nas unidades, disse que nem sempre a saída é fazer concurso. “Do jeito que está o financiamento do estado, a melhor solução é fazer parcerias, como estamos fazendo com a Fapesp e o Fundecitrus. Também não vejo problema em ter a colaboração de empresas para a pesquisa avançar.”

A

ASSINE

Revistas que são referência na agropecuária brasileira

Mídia DBO, há mais de 34 anos levando informação relevante e conteúdo de qualidade para o homem do campo, especialmente nos segmentos da pecuária de corte, leite e agricultura.

Para cada segmento, uma publicação especializada que você não pode deixar de ter em mãos ou contar com acesso online. Conteúdo de fundo técnico e econômico, em linguagem clara e objetiva, que contribui para melhoria dos seus resultados.



É FÁCIL E RÁPIDO ASSINAR: Ligue: 0800 11 0618 ou acesse: www.assinedbo.com.br